

Acordo com FMI pode

Jornal de Brasília • 5

sair em setembro

O governo brasileiro se prepara para assinar um acordo "surpreendente" com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, retornou este fim de semana de Washington, onde manteve importantes contatos com membros do governo norte-americano e o diretor gerente do Fundo, Michael Camdessus, que sinalizaram a possibilidade de um acordo sem que o Brasil estabeleça qualquer vinculação de negociação posterior com os bancos credores.

O Brasil tem pressa e as negociações não deverão se estender. A expectativa é de que com a chegada da missão técnica no próximo dia primeiro, seja possível ao governo brasileiro assinar o acordo em meados de setembro. Ao mesmo tempo, no próximo mês, serão iniciados os contatos com os bancos credores, para uma negociação de reescalonamento da dívida brasileira, inclusive incluindo os juros devidos, segundo disseram os técnicos envolvidos na discussão. O chefe da delegação do Fundo será Thomas Reischmann.

A missão precursora do Brasil retornou de Washington com uma posição otimista. "Não se trata de uma posição de euforia. A conversa

foi boa mesmo", comentou o chefe do Departamento do Tesouro Nacional (DTN), Roberto Figueiredo Guimarães, evitando, no entanto, se estender sobre as negociações. O secretário Antônio Kandir, por sua vez, não escondia seu estado de ânimo: "As conversas superaram as expectativas e o acordo será surpreendente".

O que mais se define como "surpreendente" nos primeiros contatos com o Fundo Monetário é a convicção de que as negociações não passarão pelo pagamento dos atrasados com os bancos credores, segundo o entendimento dos técnicos governamentais. Afinal, Kandir e seus assessores saíram do Brasil com uma preocupante dúvida: o FMI irá endossar o entendimento de alguns bancos credores de incluir como pré-condição na negociação o pagamento, mesmo simbólico, dos juros devidos? As reuniões em Washington, porém, mostraram que este não foi o tom de Michael Camdessus. Mesmo porque em todos os encontros Kandir foi fiel a instrução de deixar clara a intenção do governo brasileiro de retomar as negociações com toda a comunidade financeira, mas não estabelecer qualquer tipo de vinculação.

A chegada da missão técnica

detonará o processo para a formalização do acordo e assinatura da primeira carta de intenções do Governo Collor de Mello. O acordo poderá ter duração de 12 ou 18 meses, garantindo ao Brasil o desembolso em parcelas trimestrais ou quadrimestrais, tudo dependerá do bom andamento das negociações. O Brasil tem direito a um empréstimo da ordem de US\$ 1,4 bilhão. "O nosso programa econômico nos credencia solicitar um volume maior de recursos", avalizou o secretário. "Queremos um acordo realista", completou, lembrando que as metas trimestrais para o desempenho da economia até o final deste ano serão fixadas com base na expectativa de uma normalização do quadro econômico e estabilização das taxas de inflação.

O programa de ajustamento com o FMI, embora com a expectativa de vir a ser um entendimento, não será diferente dos outros já assinados por governos passados em seus termos técnicos. As metas serão fixadas para todos os indicadores econômicos, inclusive a inflação. A diferença, agora, como lembrou um assessor, é que o Brasil vai para negociação com um programa de ajustamento concluído a partir dos parâmetros definidos pelo governo e não pelo Fundo.